

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<http://ri.irbre.com/pt/central-de-resultados>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Mensagem da Administração

Assumimos um novo perfil societário, como Companhia de controle pulverizado, após uma bem-sucedida oferta secundária de ações realizada em julho de 2019. Foram vendidas 83,98 milhões de ações ordinárias que eram detidas pela União Federal e BB Seguros e Participações, levantando recursos de R\$ 7,4 bilhões. A oferta ocorreu na sequência de outro fomento no início do ano, quando o fundo Caixa FGEDUC Multimercado captou R\$ 2,5 bilhões.

Esse novo status de Companhia sem controlador ganhou impulso com as mudanças de regulamentação introduzidas pela Resolução nº 373 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Circular nº 589 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), permitindo que empresas do setor de seguros e resseguros com capital aberto se tornassem uma corporation, com pulverização de controle acionário. Esse era o rito necessário para que os acionistas que faziam parte do bloco de controle pudessem vender suas participações no IRB. Com isso, o acordo de acionistas foi rescindido, em definitivo, tendo a União Federal mantido apenas uma única ação preferencial, a *golden share*.

O controle difuso levará ao aperfeiçoamento de nossa governança, com aumento de eficiência e agilidade de decisão e aprovação de medidas. As melhorias incluem ter comitês de apoio ao Conselho de Administração com integrantes de formação sênior, estender para dois anos o mandato dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários, considerando um plano de sucessão que prepare os novos líderes da Companhia.

O ano de 2019 já é um marco na história do IRB Brasil RE, que comemorou 80 anos de sua fundação em 3 de abril deste ano e em 31 de julho completou dois anos como Companhia aberta. Durante esses dois anos, as ações do IRB Brasil RE foram selecionadas para compor os principais índices de negociação do mercado de capitais, como o índice Ibovespa, o mais tradicional e representativo do Brasil; o IBrX 100 – índice composto pelas 100 ações de maior representatividade do mercado de ações brasileiro; o índice MSCI Brazil (Morgan Stanley Capital International), que serve de referência para diversos fundos de investimentos globais; e o índice FTSE Renaissance Latin America.

O primeiro semestre do ano também foi marcado por reconhecimentos importantes à nossa Companhia. Um destaque foi a elevação de nosso rating de A- para A, em escala global, pela A.M.Best, a mais antiga empresa especializada em análise de rating de organizações de seguros e resseguros no mundo. A elevação da classificação pela A.M.Best consolida o IRB como uma resseguradora de elevada acurácia na subscrição de riscos, na regulação de sinistros e na constituição de reservas, o que se traduz na possibilidade de conquistar clientes potenciais entre seguradoras e companhias globais que exigem no mínimo o rating A, em escala global, para fazer negócios, na elevação de nossos limites de crédito com seguradoras estrangeiras e no menor custo de retrocessão.

E outras conquistas nos impulsionam para a superação de novos desafios: mais uma vez, líderes e profissionais do IRB Brasil RE foram premiados no Latin America Executive Team 2019, da Institutional Investor, na categoria Instituições Financeiras, como o melhor CEO, o melhor CFO, a melhor profissional de Relações com Investidores (RI), o melhor time de RI e o melhor programa de RI. Além disso, conquistamos o segundo lugar nas categorias website, analyst day e melhores práticas de governança. Também vencemos o ranking “Melhores Empresas da Bolsa”, na categoria revelação. Criado pelo InfoMoney em parceria com o Ibmec e a Econômica, o ranking avaliou empresas que abriram capital nos últimos três anos com base em três critérios: rentabilidade, desempenho das ações e práticas de governança corporativa.

Registramos expansão no mercado local, devido ao desempenho no segmento de óleo e gás, no qual temos avançado e vencido concorrências em processos de players importantes do setor de óleo e gás. O aumento do preço nos ativos imobiliários também trouxe incremento importante nos prêmios de Property.

Com esse desempenho, reforçamos nossa liderança e buscamos também ampliar nossa presença em todo o mercado da América do Sul, crescendo nossos negócios na região com o apoio da equipe no Brasil de forma a oferecer a mesma agilidade, experiência e conhecimento de nossos assinantes.

Foi mais um semestre de resultados crescentes. O total do prêmio emitido pela Companhia registrou alta de 21,7%, atingindo R\$ 2,4 bilhões no segundo trimestre de 2019. No acumulado do primeiro semestre de 2019, o crescimento do prêmio emitido foi de 23,6%, alcançando R\$ 4,1 bilhões. O lucro líquido totalizou R\$ 388,4 milhões, um crescimento de 35,2% no trimestre. Já no primeiro semestre de 2019, o lucro líquido foi de R\$ 738,9 milhões, uma alta de 36,5% em relação aos seis primeiros meses do ano anterior.

A sinistralidade saiu de 53,5% no primeiro semestre de 2018 para 53,7% no mesmo período de 2019, entretanto a sinistralidade medida pela PSL (Provisões de Sinistros a Liquidar) saiu de 51,5% no primeiro semestre de 2018 para 57,1% no primeiro semestre de 2019, em razão, primordialmente, dos avisos de sinistros relacionados ao segmento agrícola, tanto no Brasil quanto no exterior.

Nosso programa de retrocessão se mostrou eficaz nesse semestre, visto que minimizou impactos mais severos em nossa sinistralidade retida. Como pode ser observado, houve uma recuperação de R\$ 807,5 milhões de sinistros com os retrocessionários da Companhia, relativos ao semestre, comparativamente à recuperação de R\$ 175,6 milhões no primeiro semestre de 2018.

No primeiro semestre de 2019, as ações do IRB acumularam alta de 21,0%, superior à variação de 14,8% do Ibovespa e em um ano, a valorização foi de 104,1%. Esse desempenho se deveu apesar do efeito de *overhang* decorrente de uma oferta secundária (*follow-on*) realizada em fevereiro de 2019, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, seguido de outro *follow-on* realizado em julho de 2019, no valor total de R\$ 7,4 bilhões.

- Identificamos perspectivas positivas para o mercado de resseguros, impulsionados especialmente pelos seguintes fatos:
- Aumento do subsídio anunciado pelo governo federal para apoiar os agricultores brasileiros a pagarem o seguro rural, com volume que chega a R\$ 1 bilhão no plano safra 2019/2020. Na safra anterior, o valor disponível era de R\$ 371 milhões.
 - Processos de privatização executados pelo governo brasileiro em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos que levam os adquirentes a contratar planos de seguros e resseguros mais robustos que os players estatais.
 - Processos em andamento de escolha de parceiros para o negócio de *bancassurance* que podem abrir novas operações para seguradoras e resseguradoras no Brasil.
 - Parcerias com bancos digitais.
 - Parcerias com grandes seguradoras e resseguradoras globais para projetos de insurtech com capacidade de atuação global.

As perspectivas positivas são amparadas pelo nosso modelo integrado, com 11 linhas de negócios que oferecem soluções completas para nossos clientes, com agilidade e produtos aderentes às necessidades de cada um. Nossa atuação continua focada em eficiência e rentabilidade, gestão do nosso resultado de *underwriting*, com controle da sinistralidade, controles administrativos e qualidade na prestação de serviços, de forma a assegurar resultados financeiros diferenciados, em linha com as expectativas de nossos acionistas.

Temos o compromisso de seguir ampliando o negócio, com seriedade e prudência diante dos desafios do mercado. Além dos resultados, tanto operacionais quanto financeiros, colhemos importantes reconhecimentos – não só de representantes do mercado, mas de toda a sociedade – e contribuições de todos os acionistas, colaboradores, parceiros de negócio, públicos de interesse e setores da sociedade.

Responsabilidade Social Corporativa

O mercado de resseguros guarda relação muito grande com o desenvolvimento econômico do País. No IRB Brasil RE, o desenvolvimento da sociedade é mais que um aspecto importante, faz parte da nossa estratégia. Por meio de iniciativas próprias, apoios e parcerias, investimos para melhorar a vida em sociedade, gerando propósito e construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos. Patrocinamos ações sociais, culturais e esportivas, que, em 2019, estão beneficiando cerca de 900 mil pessoas, por meio do investimento com verba de incentivo fiscal e recursos próprios.

No campo social, para o ano de 2019, o IRB Brasil RE está investindo aproximadamente R\$ 1.300.000,00, através de leis de incentivo fiscal, para promover a saúde e a qualidade de vida da sociedade em geral. Foram firmadas parcerias com o Hospital GRAACC, Hospital de Amor (antigo Hospital de Câncer de Barretos), APAE Barueri e GACC (Grupo de Assistência com a Criança com Câncer), em São Paulo, e Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba. Esses projetos apoiados pelo IRB beneficiam aproximadamente 421.000 pessoas, entre crianças, jovens e idosos.

O impacto social também foi priorizado na seleção dos patrocinios esportivos. Em 2019, foram selecionados dois projetos de impacto social através do esporte. O Sem Barreiras, iniciativa idealizada em parceria com a medalhista de vôlei Adriana Samuel, tem por objetivo oferecer, em um único local, três modalidades olímpicas – judô, atletismo e vôlei – para aproximadamente 170 crianças e jovens da região do Sambódromo, no Centro do Rio de Janeiro, e no bairro do Estácio. O Reação Faixa Preta, do Instituto Reação, promove o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e da educação, fomentando o judô desde a iniciação esportiva até o alto rendimento. São 1.600 crianças, adolescentes e jovens a partir de quatro anos beneficiados pelo projeto, em nove polos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro.

Estivemos ainda à frente de programas culturais dedicados a escolas, instituições sociais e grupos em vulnerabilidade social na cidade do Rio de Janeiro. Mantivemos nosso apoio ao Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, por considerar que essa iniciativa produz conhecimento por meio da inovação e sustentabilidade, dois importantes valores para nós. Apoiamos a criação do aplicativo do museu, que proporciona aos visitantes experiências de realidade aumentada. No primeiro semestre de 2019, foram promovidas visitas guiadas ao Museu do Amanhã, que também conta com patrocínio da Companhia, levando mais cultura e conhecimento para aproximadamente 100 crianças, adolescentes e adultos.

Ainda como destaque, temos as ações sociais internas que contam com engajamento dos colaboradores como forma de mobilização para construir uma sociedade melhor e mais solidária. No primeiro semestre de 2019, foram realizadas duas campanhas com este foco, uma promovendo o apadrinhamento de volta às aulas de quase 160 crianças, que receberam kit de material escolar completo, e outra objetivando a arrecadação de alimentos para as vítimas das chuvas que afetaram a cidade do Rio de Janeiro.

Outras iniciativas de 2019 gerenciadas pela área de Marketing e Comunicação e de Recursos Humanos abrangeram:

Programa de Voluntariado: atua por meio de três projetos: “Cuidando dos seus”, “Ler é amor” e “Saúde é vida”, com a realização de atividades planejadas anualmente. Entre as atividades, tem destaque o Bazar Solidário, que beneficia regularmente duas instituições, e o Programa de Doação de Sangue, que já possibilitou o banco de sangue da Santa Casa de Misericórdia, no Rio, salvar 228 vidas neste semestre.

Meio Ambiente

Reciclagem:

O IRB Brasil RE realiza a segregação do lixo reciclável e contratou uma empresa especializada para realizar esta coleta sob demanda.

Ainda no tema reciclagem, o que vem tornando-se um “problema” nos últimos anos são as cápsulas de café. Para isso, o IRB possui um recipiente especial para descarte, ao lado de todas as cafeteiras, cuja coleta é solicitada sob demanda.

A Companhia também armazena e descarta os resíduos de jardinagem de forma adequada. Para isso há uma área específica para depósito, com contrato com uma empresa capacitada para o descarte.

Sustentabilidade:

Toda a parte de iluminação foi substituída no retrofit do prédio da sede do IRB Brasil RE e atualmente utilizam-se 98% das lâmpadas de led, mais eficientes que as convencionais. Há também painéis solares que geram energia e alimentam o prédio do Rio de Janeiro.

A Companhia possui também a automação da energia do prédio do Rio de Janeiro. Os aparelhos de ar refrigerados são desligados às 19h30 e a iluminação às 22h00, sendo que ambos são religados às 06h00. Aos finais de semana só são ligados mediante solicitação prévia. Em janeiro de 2019 foi implantado um aplicativo com painel que indica o consumo de energia elétrica em tempo real e auxilia na identificação de possíveis fugas de energia, além do controle e monitoramento por andares. O objetivo é a continuação do desenvolvimento da ferramenta, para um controle efetivo da geração de energia própria, através dos painéis solares, e o consumo.

Periodicamente são lançadas campanhas para redução do consumo de energia:

- Desligar os monitores no horário de almoço, à noite e nos finais de semana.
- Apagar sempre as luzes das salas de reuniões
- Utilizar as escadas ao invés do elevador e desativar a chamada automática do elevador do crachá.

Capital Humano

- Pesquisa de Clima e Engajamento: O IRB Brasil RE continua atento ao bem-estar de seus colaboradores e realiza pesquisas de clima anuais. A pesquisa deste ano será efetuada no segundo semestre de 2019.
- Programa de Qualidade de Vida: o IRB incentiva a prática de esportes (Futebol) e realiza campanhas de saúde (vacinação).
- Inclusão social e Programa de Jovem Aprendiz: no primeiro semestre de 2019 houve o aproveitamento de 10% dos jovens aprendizes como estagiários da Companhia.

Destaque do Semestre

- **Prêmio Emitido** atingiu R\$ 4.118,9 milhões no primeiro semestre de 2019, um crescimento de 23,6% em relação aos primeiros seis meses de 2018.
- No primeiro semestre de 2019, o **resultado de Underwriting** totalizou R\$ 668,5 milhões, um avanço de 20,9% em relação ao primeiro semestre de 2018.
- No primeiro semestre de 2019, a **despesa administrativa** em relação ao prêmio ganho foi de 4,7%, comparada a 5,4% no primeiro semestre de 2018.
- A **rentabilidade da carteira global** de ativos foi de 125% do CDI no primeiro semestre de 2019, comparativamente a 141% do CDI no primeiro semestre de 2018.
- O **Lucro líquido** avançou 36,5% no primeiro semestre de 2019, passando de R\$ 541,3 milhões no primeiro semestre de 2018 para R\$ 738,9 milhões no primeiro semestre de 2019.
- O **ROAE** (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio) nos primeiros seis meses do ano foi de 38%, um avanço de 8 pontos percentuais sobre o primeiro semestre de 2018, que foi de 30%.

Nota: Conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3.1 – Demonstrações de Resultados por Segmento, a Administração da Companhia utiliza, para fins de cálculo dos seus indicadores de performance, em linha com as práticas adotadas pelas resseguradoras globais, uma aglutinação de contas contábeis denominada “Visão do Negócio”, conforme apresentado na análise deste documento.

**ROAE = [(Lucro líquido do período)/(Número de dias úteis do período)]*(Número de dias úteis do ano) / [(patrimônio líquido de 2018 + patrimônio líquido do final do período)/2]*

Outros Destaques do Período

- **Ibovespa:** De 6 de maio de 2019, as ações ordinárias do IRB Brasil RE passaram a compor o Índice Ibovespa, com um peso de 0,76%. Com isso o IRB passa, pela primeira vez, a fazer parte da composição do índice que conta com 66 ativos de 64 empresas brasileiras.
- **MSCI** (Morgan Stanley Capital International): Após a realização de dois *follow-on* em 2019, as ações do IRB Brasil RE se tornaram a 16ª ação de maior peso dentre as Top 20 ações que compõem o índice MSCI, com um peso de 0,85%.
- **Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP):** Em 30 de abril de 2019, foram pagos os proventos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O montante global de proventos brutos, referente ao exercício de 2018, foi de R\$ 893,4 milhões, que corresponde a 75% do lucro líquido ajustado do ano e inclui os R\$ 180,5 milhões de Juros sobre Capital Próprio já pagos em 21 de novembro de 2018.

Eventos Subsequentes ao Período

Oferta Pública Restrita de Ações: Em 10 de julho de 2019 foi iniciada a oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de 83.978.450 ações ordinárias da Companhia, sendo 47.520.213 ações da BB Seguros Participações S.A. e 36.458.237 ações da União Federal. O processo de oferta pública restrita de alienação da totalidade das ações detidas tanto pela BB Seguros Participações S.A. quanto pela União Federal foi concluído em 18 de julho de 2019, com a fixação do preço por ação de R\$ 88,00, resultando no montante total de R\$ 7.390.103.600,00. Para a realização da oferta pública restrita, houve a consequente alteração na configuração do controle societário da Companhia, que após aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (Carta Homologatória Eletrônica SUSEP nº 28/2019) passou a ter sua condição de Companhia controlada por BB Seguros Participações S.A., União Federal e pelos acionistas Itaú Seguros S.A., Bradesco Seguros S.A. e Fundo de Investimentos em Participações Caixa Barcelona para uma Companhia sem controlador (capital pulverizado). Como consequência, o Acordo de Acionistas da Companhia foi rescindido.

Desempenho

Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

No primeiro semestre de 2019, o volume total de **prêmio emitido** avançou 23,6% em relação ao primeiro semestre de 2018, totalizando R\$ 4.118,9 milhões. Desse montante, R\$ 2.341,6 milhões corresponderam ao volume de prêmio emitido no Brasil e R\$ 1.777,3 milhão no exterior, que ampliou sua participação de 38,1% do prêmio emitido no primeiro semestre de 2018 para 43,1% no mesmo período de 2019.

O crescimento de 23,6% no volume de prêmio emitido no primeiro semestre de 2019 é reflexo da efetivação de novos contratos, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como do aumento nas participações dos contratos existentes.

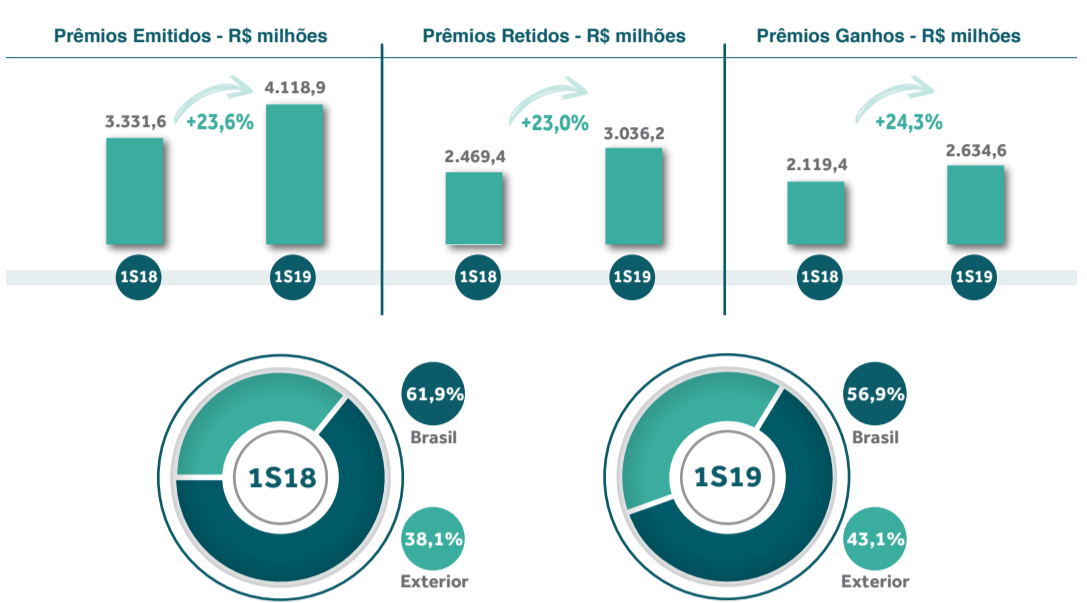
O volume de **prêmio emitido no Brasil** no primeiro semestre de 2019 contribuiu com um avanço de 13,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. De janeiro a junho de 2019, o segmento que liderou a emissão de prêmio emitido no Brasil foi o de *property*, que respondeu por 31% do prêmio total emitido no país, seguido pelo rural com 21% de participação do prêmio total emitido no país.

Outra contribuição positiva para o semestre foi o acréscimo de 40,0% no volume de prêmio emitido no exterior em relação ao primeiro semestre de 2018. Do total de prêmio emitido no exterior, o segmento que liderou a emissão de prêmio foi o de vida, que respondeu por 37% do prêmio total emitido no exterior e pelo rural com 16% do prêmio emitido no exterior nos primeiros seis meses de 2019.

No primeiro semestre, o **índice de retrocessão** saiu de 25,9% em 2018 para 26,3% em 2019, praticamente estável em relação ao mesmo período de 2018.

No encerramento do primeiro semestre de 2019, o total de **prêmio retido** totalizou R\$ 3.036,2 milhões, um crescimento de 23,0% em relação ao mesmo período de 2018.

O **prêmio ganho** também seguiu a mesma tendência de crescimento, totalizando R\$ 2.634,6 milhões no primeiro semestre de 2019, um avanço de 24,3% comparativamente aos primeiros seis meses de 2018.



Sinistro Retido

A sinistralidade saiu de 53,5% no primeiro semestre de 2018 para 53,7% no mesmo período de 2019, entretanto a sinistralidade medida pela PSL (Provisões de Sinistros a Liquidar) saiu de 51,5% no primeiro semestre de 2018 para 57,1% no primeiro semestre de 2019, em razão, primordialmente, dos avisos de sinistros relacionados ao segmento agrícola, tanto no Brasil quanto no exterior.

Como amplamente sinalizado durante o quarto trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2019, este provável aumento nos avisos de sinistros se materializaram no segundo trimestre de 2019, sendo adequada e previamente capturados e provisionados pela Companhia através do componente IBNR (Incurred But Not Reported losses). O IBNR registrou uma constituição líquida de R\$ 196,0 milhões no quarto trimestre de 2018 e outra constituição líquida de R\$ 66,8 milhões no primeiro trimestre de 2019, totalizando R\$ 262,8 milhões de constituição líquida de IBNR nesses 6 meses.

Assim, o componente IBNR (que se refere a uma provisão atuarial) teve uma reversão de R\$ 91,4 milhões devido aos avisos (*reports*) de sinistros recebidos pela Companhia no semestre e então adequadamente registrados pela PSL no período, que geraram, porém, a reversão do correspondente IBNR outrora constituído, em função do desenvolvimento dos contratos.

Resultado de Subscrição (Underwriting)

O resultado de *underwriting* cresceu 20,9% no primeiro semestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 552,8 milhões no primeiro semestre de 2018 para R\$ 668,5 milhões no primeiro semestre de 2019.

Resultado Financeiro

No primeiro semestre de 2019, o resultado financeiro consolidado da controladora e de suas subsidiárias/sucursais totalizou R\$ 381,1 milhões, em comparação a R\$ 315,7 milhões no primeiro semestre de 2018.

A performance da gestão dos referidos ativos financeiros consolidados da controladora e de suas subsidiárias/sucursais foi de 125% do CDI no primeiro semestre de 2019.

O fundo de investimento exclusivo de renda fixa IRB Brasil RE Absoluto Títulos Públicos (Código Bloomberg: IRBABST BZ), no primeiro semestre de 2019, concentrava um volume de ativos totais (títulos públicos) no montante de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, e atingiu rentabilidade de 3,19%, ou 104% do CDI.

A atribuição da performance dos investimentos da Companhia no primeiro semestre de 2019, deveu-se basicamente a movimentos realizados em operações cambiais, renda variável e em títulos públicos indexados (pré-fixados e ligados a inflação+cupom). Na carteira própria da Companhia, que concentrava ativos de R\$ 2,8 bilhões na posição em 30 de junho de 2019, o grupamento de ativos mais importante era o de títulos públicos pós-fixados (LFTS).

O saldo médio diário da carteira de investimentos financeiros durante o segundo trimestre de 2019, excluindo a carteira de imóveis, totalizou R\$ 5,6 bilhões.

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, caso os tenha.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da Companhia, ou seja, as suas receitas/despesas, líquidas, com imóveis de renda, totalizou R\$ 26,1 milhões, sendo negativamente impactado no semestre pelos investimentos feitos em benfeitorias para valorização dos ativos no médio e longo prazo para atração de marcas relevantes para os shoppings.

Despesa Administrativa

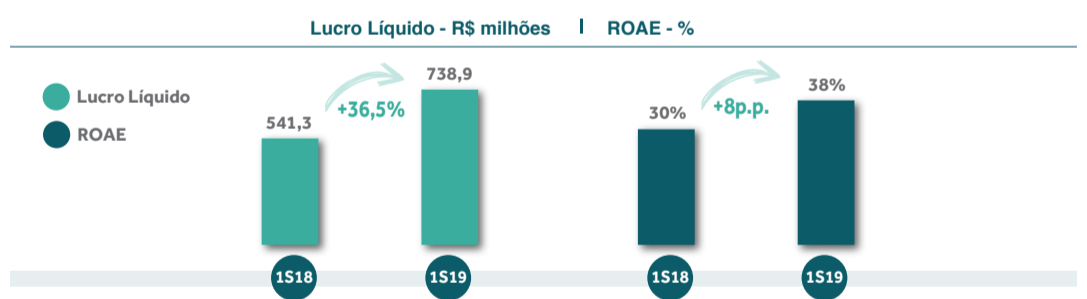
No primeiro semestre de 2019, a relação entre a despesa administrativa sobre prêmio ganho ficou em 4,7% comparativamente a 5,4% reportado no primeiro semestre de 2018.

O compromisso da Administração com a busca constante de aumento de eficiência e melhoria da rentabilidade continua sendo a base de atuação da Companhia.

Lucro Líquido

No primeiro semestre de 2019, o lucro líquido apresentou uma expansão de 36,5% em relação a 2018, passando de R\$ 541,3 milhões em 2018 para R\$ 738,9 milhões nos primeiros seis meses de 2019.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 38% expandiu 8 pontos percentuais sobre 2018, de 30%. Esse resultado decorre do crescimento do prêmio emitido, do avanço no prêmio ganho, da maior eficiência com a redução do índice de despesa administrativa e do bom resultado financeiro.



Desempenho das ações

De 31 de julho de 2017 (data do IPO) a 30 de junho de 2019, as ações do IRB (B3: IRBR3) atingiram um volume médio diário negociado de aproximadamente R\$ 70,4 milhões, uma média diária de 1,2 milhão de negócios. O valor de mercado da Companhia em 28 de junho de 2019 era de R\$ 30,7 bilhões, com uma apreciação de 267% das ações nesse período. O valor de mercado da Companhia no IPO era de R\$ 8,5 bilhões.

No primeiro semestre 2019, as ações do IRB atingiram um volume médio diário negociado de aproximadamente R\$ 131,0 milhões, uma média diária de 1,4 milhão de negócios.

No dia 31 de julho de 2019, o IRB Brasil RE completou seu segundo ano como Companhia Aberta. Nesse período, em virtude da boa liquidez e volume negociados a ação do IRB foi incluída nos principais índices do mercado financeiro: índice Ibovespa, IBrX-100, no índice do MSCI (Morgan Stanley Capital International) e no FTSE Renaissance Latin America.

Governança Corporativa

A Companhia conta com uma estrutura de governança bastante robusta, que tem como principais componentes: Conselho de Administração, Comitês Executivos e Estratégicos, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Auditoria Externa e Órgãos Reguladores. Estes diversos órgãos de controle, fiscalização e governança propiciam supervisão independente e avaliação estratégica de toda a empresa.

Até o início de julho de 2019, o grupo de controle das resseguradoras locais era identificado na pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de votos ou sob controle comum, que detinham direitos de sócio correspondentes à maioria do capital social votante de sociedade por ações. Na hipótese em que o controle da sociedade supervisionada não era identificado segundo o critério da maioria do capital social votante, a SUSEP poderia utilizar outros elementos para identificar o grupo de controle.

Em 8 de julho de 2019, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) publicou no Diário Oficial da União, alteração da resolução CNSP nº 330 e por meio da Resolução CNSP nº 373, que somada à mudança na circular SUSEP nº 589, da Superintendência de Seguros Privados, permitiu que seguradoras e resseguradoras de capital aberto se tornassem “corporation”, ou seja, de controle pulverizado, o que antes não era possível.

Com isso, houve a consequente alteração na configuração do controle societário da Companhia, que após aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (Carta Homologatória Eletrônica SUSEP nº 28/2019) passou a ter sua condição de Companhia controlada por BB Seguros Participações S.A., União Federal e pelos acionistas Itaú Seguros S.A., Bradesco Seguros S.A. e Fundo de Investimentos em Participações Caixa Barcelona para uma Companhia sem controlador (capital pulverizado). Como consequência, o Acordo de Acionistas da Companhia foi rescindido, em definitivo.

Juntamente com a alteração na configuração do controle da Companhia, novas iniciativas para uma melhor Governança Corporativa foram propostas para que a Companhia possa seguir seu plano estratégico, quais sejam: (i) possibilidade de eleição de 4 membros independentes no Conselho de Administração, com regras claras de qualificação; (ii) ampliação do prazo de permanência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária de 1 ano para 2 anos, mantendo assim a perenidade na condução da estratégia, cujo negócio apresenta especificidades e diferencial competitivo em relação aos demais competidores; (iii) processo mais rígido no processo de sucessão dos principais executivos da Companhia; e (iv) representantes com senioridade para ocupar as posições de membro dos 5 comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Durante o primeiro semestre de 2019, foram realizadas, entre reuniões ordinárias e extraordinárias, 25 reuniões do Conselho de Administração, 29 reuniões de Diretoria, 8 reuniões do Conselho Fiscal, e 8 reuniões do Comitê de Auditoria, além de outras reuniões dos comitês dos órgãos de assessoramento.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessária ao seu trabalho junto à Companhia, pela prestação de serviços a outras empresas.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2019, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores, pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

A Administração

continuação

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
ATIVO					
CIRCULANTE		9.624.435	10.464.310	9.843.396	10.535.080
Disponível.....		15.692	27.001	16.741	43.131
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	15.692	27.001	16.741	43.131
APLICAÇÕES.....	6	1.128.428	2.551.911	1.157.632	2.595.474
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES.....	7.1	4.798.789	4.651.983	4.798.789	4.652.472
Operações com seguradoras.....	7.2	3.628.008	3.327.272	3.628.008	3.327.272
Operações com resseguradoras.....	7.2	1.156.768	1.304.416	1.156.768	1.304.416
Outros créditos operacionais.....		51.870	56.569	51.870	56.668
(-) Provisão para riscos de créditos.....	7.3	(37.857)	(36.274)	(37.857)	(36.274)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS.....		3.451.948	3.055.590	3.451.948	3.055.607
Prêmios - retrocessão.....	9.2	1.005.895	929.100	1.005.895	929.100
Sinistros - retrocessão.....	9.1	2.435.002	2.116.944	2.435.002	2.116.961
Outras provisões.....	9.3	11.051	9.546	11.051	9.546
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER.....		126.084	100.742	313.488	111.703
Titulos e créditos a receber.....	10	35.710	30.686	221.447	40.116
Créditos tributários e previdenciários.....	11.1	90.374	70.056	92.041	71.587
DESPESAS ANTECIPADAS.....		24.470	11.886	25.774	11.886
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS.....	12	79.024	65.197	79.024	65.197
NÃO CIRCULANTE		6.202.426	5.449.734	6.034.961	5.405.354
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....		5.357.964	4.696.466	5.348.047	4.715.167
APLICAÇÕES.....	6	3.904.476	3.327.044	3.933.685	3.366.388
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS.....		61.500	28.845	61.500	28.845
Prêmios - retrocessão.....	9.2	61.500	28.845	61.500	28.845
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER.....		1.383.363	1.335.480	1.344.237	1.314.837
Titulos e créditos a receber.....	10	260.635	224.038	263.289	237.006
Créditos tributários e previdenciários.....		464.370	458.469	422.590	424.858
Créditos tributários.....	11.1	42.694	38.715	42.694	38.643
Ativo fiscal diferido.....	11.1	421.676	419.754	379.896	386.215
Depósitos judiciais e fiscais.....	22	658.558	652.973	658.358	652.973
Custos de aquisição diferidos.....	12	8.625	5.097	8.625	5.097
INVESTIMENTOS.....		716.228	636.545	558.284	573.055
Participações societárias.....	1.3	710.804	630.976	-	-
Imóveis destinados à renda.....	1.3	5.358	5.515	558.218	573.001
Outros investimentos.....		66	54	66	54
IMOBILIZADO.....	14	86.778	74.270	86.860	74.353
INTANGÍVEL.....	15	41.456	42.453	41.770	42.779
TOTAL DO ATIVO		15.826.861	15.914.044	15.878.357	15.940.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
CIRCULANTE		10.660.210	10.833.205	10.710.783	10.859.175
CONTAS A PAGAR.....		311.641	366.208	362.214	391.450
Obrigações a pagar.....	16	147.987	220.870	189.799	235.195
Impostos e encargos sociais a recolher.....		42.929	32.002	43.050	32.170
Provisões trabalhistas.....	23	12.325	8.984	12.605	9.092
Provisões para benefícios pós-emprego.....	26.4	40.458	38.963	40.458	38.963
Impostos e contribuições a recolher.....	17	67.942	65.389	76.302	70.015
Provisão para desvalorização de investimentos.....	1.3	-	-	-	6.015
DEBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES.....	18.1	1.709.191	1.392.759	1.709.191	1.393.070
Operações com seguradoras.....	18.2	1.895	251	1.895	251
Operações com resseguradoras.....	18.2	1.541.873	1.251.262	1.541.873	1.251.262
Corretores de resseguros e retrocessões.....	18.2	126.467	105.788	126.467	106.099
Outros débitos operacionais.....	18.2	38.956	35.458	38.956	35.458
DEPÓSITOS DE TERCEIROS.....	8	183.597	427.425	183.597	427.425
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES.....		8.455.781	8.646.813	8.455.781	8.647.230
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO.....		8.455.781	8.646.813	8.455.781	8.647.230
Provisão de prêmios não ganhos.....	19.1	2.548.790	2.147.178	2.548.790	2.147.178
Riscos vigentes emitidos.....		2.312.777	1.904.036	2.312.777	1.904.036
Riscos vigentes não emitidos.....		236.013	243.142	236.013	243.142
Sinistros a liquidar.....	19.2	3.963.888	4.222.132	3.963.888	4.222.549
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	19.2	1.677.327	1.999.068	1.677.327	1.999.068
Outras provisões.....	19.3	265.776	278.435	265.776	278.435
NÃO CIRCULANTE		1.184.463	1.080.059	1.185.386	1.080.479
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		1.184.463	1.080.059	1.185.386	1.080.479
CONTAS A PAGAR.....		912.872	861.960	913.796	862.380
Obrigações fiscais.....	22	443.546	435.264	444.469	435.264
Provisões para benefícios pós-emprego.....	26.4	432.870	412.920	432.870	412.920
Obrigações a pagar.....	16	36.457	13.776	36.457	14.196
DEBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES.....		789	789	789	789
Outros débitos operacionais.....	18.2	789	789	789	789
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES.....		209.804	158.665	209.804	158.665
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO.....		209.804	158.665	209.804	158.665
Provisão de prêmios não ganhos.....	19.1	209.804	158.665	209.804	158.665
Riscos vigentes emitidos.....		196.253	144.371	196.253	144.371
Riscos vigentes não emitidos.....		13.551	14.294	13.551	14.294
OUTROS DEBITOS.....	22	60.997	58.645	60.997	58.645
Contingências civis e trabalhistas.....		60.997	58.645	60.997	58.645
TOTAL DO PASSIVO		11.844.673	11.913.264	11.896.169	11.939.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.982.188	4.000.780	3.982.188	4.000.780
Capital social.....		1.953.080	1.953.080	1.953.080	1.953.080
Reservas de lucros.....		1.443.992	1.595.109	1.443.992	1.595.109
Ajustes de avaliação patrimonial.....	24.4	(143.292)	(113.381)	(143.292)	(113.381)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais.....		-	578.928	-	578.928
Ações em tesouraria.....	24.2	(12.709)	(12.956)	(12.709)	(12.956)
Instrumentos patrimoniais outorgados.....	24.2	2.266	-	2.266	-
Lucros acumulados.....		738.851	-	738.851	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.826.861	15.914.044	15.878.357	15.940.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Trimestre						Semestre					
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		1º/04 a 30/06/2019	1º/04 a 30/06/2018	1º/04 a 30/06/2019	1º/04 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2019	1º/01 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2019	1º/01 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2019	1º/01 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2019	1º/01 a 30/06/2018
Prêmios emitidos líquidos.....		2.000.529	1.736.610	2.000.529	1.736.610	3.555.183	2.927.892	3.555.183	2.927.892				
Variações das provisões técnicas.....		(401.802)	(326.709)	(401.802)	(326.709)	(459.672)	(346.497)	(459.672)	(346.497)				
PRÊMIOS GANHOS	25.1	1.598.727	1.409.901	1.598.727	1.409.901	3.095.511	2.581.395	3.095.511	2.581.395				
SINISTROS OCORRIDOS	25.2	(1.114.588)	(739.972)	(1.114.588)	(739.972)	(2.081.985)	(1.056.259)	(2.081.985)	(1.056.259)				
Sinistros diretos.....		(1.845.296)	(884.311)	(1.845.296)	(884.311)	(2.769.701)	(1.378.545)	(2.769.701)	(1.378.545)				
Salvados e ressarcimentos.....		389.022	178.741	389.022	178.741	394.003	196.192	394.003	196.192				
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....		341.686	(34.402)	341.686	(34.402)	293.713	126.094	293.713	126.094				
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	25.3	(40.344)	(36.874)	(40.344)	(36.874)	(76.491)	(66.196)	(76.491)	(66.196)				
Comissões.....		(40.344)	(36.874)	(40.344)	(36.874)	(76.491)	(66.196)	(76.491)	(66.196)				
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	25.5	(25.055)	(17.875)	(25.055)	(17.875)	(36.762)	(15.234)	(36.762)	(15.234)				
RESULTADO COM RETROCESSÃO	25.4	(163.900)	(234.606)	(163.900)	(234.606)	(338.748)	(780.921)	(338.748)	(780.921)				
Receitas com retrocessões.....		521.624	161.479	521.624	161.479	807.819	31.305	807.819	31.305				
Despesas com retrocessões.....		(458.814)	(395.398)	(458.814)	(395.398)	(916.676)	(804.512)	(916.676)	(804.512)				
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário.....		(316.210)	(3.869)	(316.210)	(3.869)	(319.369)	(11.492)	(319.369)	(11.492)				
Outras receitas e despesas operacionais.....		89.500	3.182	89.500	3.182	89.478	3.778	89.478	3.778				
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25.6	(84.524)	(62.244)	(84.524)	(62.244)	(117.594)	(160.520)	(117.594)	(160.520)				
DESPESAS COM TRIBUTOS	25.7	(3.035)	(41.934)	(3,035)	(41,934)	(69,855)	(52,701)	(69,855)	(52,701)				
Resultado financeiro	25.8	139.934	46.055	139,934	46,055	280,671	86,875	280,671	86,875				
RECEITAS FINANCEIRAS		593.712	245.457	593,712	245,457	1.102,578	862,140	1.102,578	862,140				
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos.....		542.835	274.608	542.835	274.608	957.840	815.464	957.840	815.464				
Receitas financeiras outras.....		50.877	(29.151)	50.877	(29.151)	144.738	46.676	144.738	46.676				
DESPESAS FINANCEIRAS		(453.778)	(199.402)	(453,778)	(199,402)	(786,941)	(744,807)	(786,941)	(744,807)				
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos.....		(432.088)	(136.138)	(432.088)	(136.138)	(673.442)	(579.478)	(673.442)	(579.478)				
Despesas financeiras outras.....		(21.690)	(63.264)	(21.690)	(63.264)	(113.499)	(65.323)	(113.499)	(65.323)				
RESULTADO PATRIMONIAL	25.9	121.803	53.656	121,803	53,656	149,375	8						



continuação

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). As informações trimestrais individuais e consolidadas de 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de agosto de 2019.

1.2. Bases de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão apresentadas na Nota 27.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 28.

O IRB Brasil RE mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de retomada com o objetivo de ampliação de negócios com a base de clientes na Europa e Ásia.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

1.3. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas estão descritas abaixo:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma *asset management*.

A Companhia aportou capital no IRB *Asset Management* (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária.

Em dezembro de 2018, a Companhia possuía controlada localizada nos Estados Unidos da América, *IRB International Corporation*, que foi encerrada em março de 2019, devido a finalização da implementação do contrato de venda de ações firmado em abril de 2018, de sua subsidiária *United Americas Insurance Company* (UAIIC).

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

30 de junho de 2019			
	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Asset Management	Total
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%	-
Quantidade de ações possuídas.....	168.465.949	100.000	-
Ativo.....	746.694	13.284	-
Passivo circulante e não circulante.....	47.940	1.234	-
Patrimônio líquido no fim do semestre.....	698.754	12.050	710.804

31 de dezembro de 2018			
	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias Subsidiárias	IRB Asset Management	Total
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%	-
Quantidade de ações possuídas.....	5.000.000	168.465.949	100.000
Ativo.....	61.593	655.402	4.223
Passivo circulante e não circulante.....	33.942	48.937	248
Patrimônio líquido no fim do período.....	26.551	606.465	3.975 (6.015) 630.976

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- IRB Fundo de Investimento em Ações
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e o IRB *Asset Management*.

Seção B - Riscos

2. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Considerando a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, a Companhia mantém uma Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeira responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em maio de 2019, foi confirmada pela agência de *rating* A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a classificação A, um upgrade em relação ao *rating* A- atribuído em abril de 2018, refletindo, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia e a forte performance operacional.

2.1. Linhas de defesa

O IRB Brasil RE compreende que a gestão de riscos é de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores. Por isso, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, estabelecendo em sua Política de Gestão de Riscos e normativos internos os papéis e responsabilidades na gestão de riscos para cada uma das linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e Compliance representam a segunda linha de defesa, e terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Além disso, a Companhia adota o sistema de Governança Corporativa que estabelece estrutura e transparência no processo de tomada de decisão.

2.2. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetá-la.

2.3. Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: identificação, análise e mensuração, tratamento, monitoramento e reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras da Companhia.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em quatro planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Gestão de Crises, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional e Plano de Atendimento à Emergência. Alinhado à Circular SUSEP 517/2015 e alterações subsequentes, a Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

2.4. Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariam as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas. A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.6.

2.4.1. Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula as provisões técnicas seguindo as normas e orientações estabelecidas pelo órgão regulador. As tabelas abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos, brutos de retrocessão (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) e segregados por linha de negócio.

	Controladora		
	Passivo (Resseguro)	Ativo (Retrocessão)	
30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	
Aeronáuticos.....	387.020	471.004 (315.338)	(376.253)
Automóvel.....	137.819	199.243 (13.149)	(16.885)
Habitacional.....	53.331	53.778 (147)	(177)
Marítimos.....	151.176	176.223 (50.985)	(56.069)
Nucleares.....	6.857	15.623 (6.173)	(13.837)
Patrimonial.....	1.738.035	2.257.948 (1.485.943)	(1.350.592)
Pessoas.....	248.264	289.754 (44.980)	(38.922)
Petróleo.....	579.125	317.307 (481.459)	(264.636)
Responsabilidades.....	525.507	634.240 (350.369)	(348.926)
Riscos financeiros.....	403.303	465.929 (87.054)	(109.509)
Rural.....	889.893	753.085 (87.788)	(50.500)
Transportes.....	456.209	482.636 (271.000)	(260.967)
Acertações do exterior.....	2.849.881	2.387.245 (290.373)	(171.727)
Sucursais no exterior.....	239.165	301.463 (28.690)	(25.435)
Total.....	8.665.585	8.805.478 (3.513.448)	(3.084.435)

	Controladora		
	Passivo (Resseguro)	Ativo (Retrocessão)	
30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	
Aeronáuticos.....	387.020	471.004 (315.338)	(376.253)
Automóvel.....	137.819	199.243 (13.149)	(16.885)
Habitacional.....	53.331	53.778 (147)	(177)
Marítimos.....	151.176	176.223 (50.985)	(56.069)
Nucleares.....	6.857	15.623 (6.173)	(13.837)
Patrimonial.....	1.738.035	2.257.948 (1.485.943)	(1.350.592)
Pessoas.....	248.264	289.754 (44.980)	(38.922)
Petróleo.....	579.125	317.307 (481.459)	(264.636)
Responsabilidades.....	525.507	634.240 (350.369)	(348.926)
Riscos financeiros.....	403.303	465.929 (87.054)	(109.509)
Rural.....	889.893	753.085 (87.788)	(50.500)
Transportes.....	456.209	482.636 (271.000)	(260.967)
Acertações do exterior.....	2.849.881	2.387.662 (290.373)	(171.744)
Sucursais no exterior.....	239.165	301.463 (28.690)	(25.435)
Total.....	8.665.585	8.805.895 (3.513.448)	(3.084.432)

2.4.2. Desenvolvimento de prêmios e sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos prêmios ganhos e sinistros incorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição.

Prêmio ganho acumulado

Ano de subscrição	30 de junho de 2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	409.058	1.249.526	1.208.358	1.421.603	2.212.271	498.107
Um ano depois.....	2.595.256	3.757.868	4.165.265	4.019.367	4.170.484	18.708.240
Dois anos depois.....	3.096.099	4.154.987	5.345.416	4.523.345	-	17.119.847
Três anos depois.....	3.183.644	4.234.540	5.664.686	-	-	13.082.870
Quatro anos depois.....	3.216.520	4.227.690	-	-	-	7.444.210
Cinco anos depois.....	3.224.956	-	-	-	-	3.224.956
Prêmio ganho em 2019.....	8.436	(6.850)	319.270	503.978	1.958.213	498.107
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....	-	-	-	-	-	149.987
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....	-	-	-	-	-	113.546
Prêmio ganho de esbas.....	-	-	-	-	-	43.829
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	3.588.516	3.588.516	3.588.516	3.588.516	3.588.516	3.588.516

Ano de subscrição	31 de dezembro de 2018					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	409.058	1.249.526	1.208.358	1.421.603	2.212.271	6.500.816
Um ano depois.....	2.595.256	3.757.868	4.165.265	4.019.367	-	14.537.756
Dois anos depois.....	3.096.099	4.154.987	5.345.416	-	-	12.596.502
Três anos depois.....	3.183.644	4.234.540	-	-	-	7.418.184
Quatro anos depois.....	3.216.520	-	-	-	-	3.216.520
Prêmio ganho em 2019.....	32.876	79.554	1.180.150	2.597.764	2.212.271	6.102.615
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....	-	-	-	-	-	509.567
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....	-	-	-	-	-	91.528
Prêmio ganho de esbas.....	-	-	-	-	-	27.190
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	6.730.900	6.730.900	6.730.900	6.730.900	6.730.900	6.730.900

Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	30 de junho de 2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	290.963	872.669	873.160	1.068.619	1.589.959	392.956
Um ano depois.....	1.846.005	2.624.495	3.009.821	3.021.358	2.997.327	13.499.066
Dois anos depois.....	2.202.255	2.901.843	3.862.597	3.400.198	-	12.266.893
Três anos depois.....	2.264.526	2.957.403	4.093.502	-	-	9.315.231
Quatro anos depois.....	2.287.910	-	-	-	-	5.240.529
Cinco anos depois.....	2.293.911	-	-	-	-	2.293.911
Prêmio ganho em 2019.....	6.001	(4.784)	230.705	378.841	1.407.368	392.956
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....	-	-	-	-	-	130.763
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....	-	-	-	-	-	30.600
Prêmio ganho de esbas.....	-	-	-	-	-	42.913
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	2.615.363	2.615.363	2.615.363	2.615.363	2.615.363	2.615.363

Ano de subscrição	31 de dezembro de 2018					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	290.963	872.669	873.160	1.068.619	1.589.959	4.695.370
Um ano depois.....	1.846.005	2.624.495	3.009.821	3.021.358	-	10.501.679
Dois anos depois.....	2.202.255	2.901.843	3.862.597	-	-	8.966.695
Três anos depois.....	2.264.526	2.957.403	-	-	-	5.221.929
Quatro anos depois.....	2.287.910	-	-	-	-	2.287.910
Prêmio ganho em 2019.....	23.384	55.560	852.777	1.952.739	1.589.959	4.474.419
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....	-	-	-	-	-	371.960
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....	-	-	-	-	-	14.515
Prêmio ganho de ESBAAS.....	-	-	-	-	-	27.942
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	4.888.836	4.888.836	4.888.836	4.888.836	4.888.836	4.888.836

Sinistros Incorridos

Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	30 de junho de 2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Sinistros incorridos no ano.....	293.187	656.095	330.900	346.916	150.969	281.440
Um ano depois.....	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.991.309	1.273.455	8.751.722
Dois anos depois.....	1.709.391	2.588.521	3.196.097	3.172.391	-	10.666.400



continuação

2.7. Risco de liquidez
O risco de liquidez está associado ao risco da Companhia, mesmo solvente, não ter recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumprí-las somente por meio de venda de ativos em condições que podem ser desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.
Para gerir este risco, busca-se alocar os ativos, principalmente, em fundos de elevada liquidez, para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	30 de junho de 2019			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses.....	5.826.533	3.406.462	5.827.437	3.406.462
Fluxo de 12 a 24 meses.....	2.218.211	2.190.617	2.218.328	2.190.617
Fluxo de 24 a 36 meses.....	802.379	1.152.311	802.387	1.152.311
Fluxo de 36 a 48 meses.....	310.534	632.266	310.551	632.266
Fluxo acima de 48 meses.....	423.796	1.283.929	423.799	1.283.929
	9.581.453	8.665.585	9.582.502	8.665.585

(*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, caixa e equivalentes de caixa e ativos de retrocessão e direitos creditórios.
(**) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

2.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo
A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:
(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.
O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.9. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial
A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.				
(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).				
(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).				

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Nível 1	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1.066.185	967	1.066.185	967
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	190.776	392.385	191.006	392.634	191.006
Operações compromissadas.....	Nível 1	31.459	76.878	77.746	115.738	77.746
Quotas de fundos de investimentos.....	Nível 2	538.154	640.404	538.154	640.404	538.154
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 1	37.130	32.068	37.130	31.549	37.130
Quotas de fundos de renda variável.....	Nível 1	-	51.437	-	51.437	-
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	2.297	1.666	2.297	1.666	2.297
Debêntures.....	Nível 3	11.858	11.858	11.858	11.858	11.858
Debêntures Inepar.....	Nível 1	19.170	8.213	-	8.213	-
Fundos Imobiliários.....	Nível 1	-	51.690	-	51.690	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 2	217	182	-	-	-
Outros.....		832.028	2.332.966	859.158	2.371.374	859.158

Ativos financeiros disponíveis para venda

	Nível 1	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	2.651.667	3.283.082	2.651.667	3.283.082
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	72.234	443.848	72.234	443.848	72.234
Notas do tesouro nacional.....	Nível 1	287.838	140.529	287.838	140.529	287.838
Quotas de Fundos de Renda Fixa.....	Nível 1	-	-	-	-	-
Fundos Imobiliários.....	Nível 1	-	29.209	-	29.209	-
Debêntures.....	Nível 1	-	26.338	-	26.338	-
Títulos Soberanos.....	Nível 1	433.859	-	433.859	29.094	433.859
Letras financeiras.....	Nível 2	-	25.901	-	25.901	-
Operações compromissadas.....	Nível 1	2.879	21.528	2.879	21.548	2.879
Nota comercial.....	Nível 1	-	2.506	-	2.506	-
Outros.....	Nível 2	(2.074)	94	-	-	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	115.301	197.150	115.301	197.150	115.301
American Depositary Receipts - ADR.....	Nível 1	7.757	6.553	7.757	6.553	7.757
Títulos de renda fixa no exterior.....	Nível 1	-	29.875	-	29.875	-
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.....	Nível 1	-	-	-	6.819	-
Obligations of U.S. Government corporations and agencies.....	Nível 1	-	-	-	2.043	-
Sec Issued by States & Terr.....	Nível 1	-	-	-	1.025	-
Corporate securities.....	Nível 1	-	-	-	4.721	-
Short-term investments.....	Nível 1	-	-	-	871	-
Total.....		4.200.876	3.545.989	4.232.159	3.590.488	4.232.159

2.9.1. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto a mercado quanto na curva. Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aquisição financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento.

Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de taxas a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas de mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente de preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

2.10. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos níveis de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência. Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:
I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.
II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.
III. Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.
IV. Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.
V. Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

2.10.1. Cálculo do capital mínimo requerido

A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 30 de junho de 2019, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora	Consolidado
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	836.256	667.619
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	277.594	269.891
Capital de risco baseado em risco operacional.....	46.370	42.329
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	330.633	158.695
Benefício da diversificação de riscos.....	(303.440)	(202.721)
Capital de risco total.....	1.187.413	935.813
Capital base.....	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (**). Patrimônio líquido ajustado (*).	1.187.413 3.002.230	935.813 3.003.046
Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....	1.814.817	2.067.233

(*) Patrimônio líquido utilizado para fins de apuração de solvência.
(**) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

	Controladora	Consolidado
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Patrimônio líquido.....	3.982.188	4.000.780
Deduções.....		
Despesas antecipadas.....	(24.470)	(11.886)
Participações societárias.....	(710.803)	(630.976)
Intangíveis.....	(41.456)	(42.453)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(96.405)	(90.563)
Créditos tributários (***).....	(243.564)	(279.383)
Outras deduções.....	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	136.790	57.577
Patrimônio líquido ajustado.....	3.002.230	3.003.046

(*) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 11.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

2.10.2. Liquidez em relação ao capital de risco

A Companhia apresenta, na data base de 30 de junho de 2019, níveis suficientes de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superando a taxa mínima estabelecida pelo normativo vigente, para este montante. A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco:

	Controladora	Consolidado
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos elegíveis (*).....	4.981.739	5.618.963
Provisões técnicas.....	(8.665.585)	(8.712.677)
Ativos de retrocessão.....	3.513.448	3.084.435
Ativos redutores.....	(851.972)	(818.026)
Direitos creditórios.....	1.922.546	1.302.813
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**). Suficiência de liquidez.....	(231.033) 669.143	(181.957) 293.551

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.
(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

	Controladora	Consolidado
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos elegíveis (*).....	4.981.739	5.618.963
Provisões técnicas.....	(8.665.585)	(8.713.094)
Ativos de retrocessão.....	3.513.448	3.084.435
Ativos redutores.....	(851.972)	(818.026)
Direitos creditórios.....	1.922.546	1.302.813
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**). Suficiência de liquidez.....	(231.033) 669.143	(181.957) 293.551

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.
(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

Seção C - Informações por segmento

3. Informações por segmento de negócios

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.
Em 30 de junho de 2019 e 2018, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

3.1. Demonstrações de resultados - Visão por segmento de negócio

	Controladora		Trimestre Consolidado	
	1º de abril a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de abril a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2018
Prêmios de resseguros.....	2.355.090	1.934.367	2.355.090	1.934.367
Prêmios de resseguros - país.....	1.379.715	1.212.840	1.379.715	1.212.840
Prêmios de resseguros - exterior.....	975.375	721.527	975.375	721.527
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(658.577)	(516.552)	(658.577)	(516.552)
Prêmios cedidos em retrocessão - país.....	(573.709)	(493.821)	(573.709)	(493.821)
Prêmios cedidos em retrocessão - exterior.....	(84.868)	(22.731)	(84.868)	(22.731)
Prêmios retidos.....	1.696.513	1.417.815	1.696.513	1.417.815
Prêmios retidos - país.....	806.006	719.019	806.006	719.019
Prêmios retidos - exterior.....	890.507	698.796	890.507	698.796
Variações das provisões técnicas.....	(302.821)	(239.642)	(302.821)	(239.642)
Variações das provisões técnicas - país.....	(211.576)	(193.275)	(211.576)	(193.275)
Variações das provisões técnicas - exterior.....	(91.245)	(46.367)	(91.245)	(46.367)
Prêmios ganhos.....	1.393.692	1.178.173	1.393.692	1.178.173
Prêmios ganhos - país.....	594.430	525.744	594.430	525.744
Prêmios ganhos - exterior.....	799.262	652.429	799.262	652.429
Sinistros retidos.....	(741.786)	(666.457)	(741.786)	(666.457)
Sinistros retidos - país.....	(199.190)	(345.926)	(199.190)	(345.926)
Sinistros retidos - exterior.....	(542.596)	(320.531)	(542.596)	(320.531)
Custo de aquisição.....	(276.447)	(199.734)	(276.447)	(199.734)
Custo de aquisição - país.....	(145.135)	(114.596)	(145.135)	(114.596)
Custo de aquisição - exterior.....	(131.312)	(85.138)	(131.312)	(85.138)
Outras despesas operacionais.....	(21.735)	(15.722)	(21.735)	(15.722)
Outras despesas operacionais - país.....	(9.718)	(9.713)	(9.718)	(9.713)
Outras despesas operacionais - exterior.....	(12.017)	(6.009)	(12.017)	(6.009)
Resultado de underwriting.....	353.724	296.260	353.724	296.260
Resultado de underwriting - país.....	240.387	55.509	240.387	55.509
Resultado de underwriting - exterior.....	113.337	240.751	113.337	240.751
Despesas administrativas.....	(68.719)	(63.140)	(71.242)	(64.005)
Despesas com tributos.....	(9.286)	(40.189)	(15.615)	(41.047)
Resultado financeiro e patrimonial.....	177.716	192.126	197.330	208.598
Resultado financeiro.....	177.796	172.247	184.439	176.628
Resultado patrimonial.....	(80)	19.879	12.891	31.970
Resultado antes dos impostos.....	453.435	385.057	464.197	399.806
Imposto, contribuições e participações nos lucros.....	(65.011)	(97.227)	(75.723)	(112.476)
Lucro líquido do trimestre.....	388.424	287.330	388.424	287.330

	Controladora		Semestre Consolidado	
	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Prêmios de resseguros.....	4.118.850	3.331.640	4.118.850	3.331.640
Prêmios de resseguros - país.....	2.341.577	2.062.125	2.341.577	2.062.125
Prêmios de resseguros - exterior.....	1.777.273	1.269.515	1.777.273	1.269.515
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(1.082.659)	(862.216)	(1.082.659)	(862.216)
Prêmios cedidos em retrocessão - país.....	(899.351)	(832.195)	(899.351)	(832.195)
Prêmios cedidos em retrocessão - exterior.....	(183.308)	(30.021)	(183.308)	(30.021)
Prêmios retidos.....	3.036.191	2.469.424		



continuação

Seção E - Notas explicativas relevantes às informações trimestrais
5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	88	1.162	1.137	1.858
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	15.604	25.839	15.604	41.273
Total	15.692	27.001	16.741	43.131

6. Aplicações financeiras

6.1. Composição das aplicações

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		30 de junho de 2019		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures	14.155	14.155	-	-	-	14.155	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro	967	967	3.283.455	3.283.082	SELIC	3.284.049	
Operações Compromissadas	190.776	190.776	2.879	2.879	SELIC	193.655	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	70.224	72.234	7,20% a.a.	72.234	
Títulos Soberanos	-	-	431.013	433.859	4,88% a.a.	433.859	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	287.714	287.838	-	287.838	
Outros	255	255	(2.074)	(2.074)	-	(1.819)	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável							
Fundo de ações de empresas nacionais	37.130	37.130	-	-	-	37.130	
Outros	(38)	(38)	-	-	-	(38)	
Quotas de Fundos Não Excluídos							
Fundos Imobiliários	19.170	19.170	-	-	-	19.170	
Total	262.415	262.415	4.073.211	4.077.818		4.340.233	

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		31 de dezembro de 2018		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Públicos							
Títulos da Dívida Soberana	-	-	119.511	115.301	4,88% a.a.	115.301	
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	-	-	-	-	
American Deposits Receipt	-	-	23.023	7.757	-	7.757	
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	538.154	538.154	-	-	1,80% a.a.	538.154	
Quotas de Fundos Não Excluídos							
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	31.459	31.459	-	-	-	31.459	
Total	569.613	569.613	142.534	123.058		692.671	
%	16,5%	16,5%	-	-		100,0%	
Circulante	832.028	832.028	-	-		1.128.428	
Não circulante	-	-	-	-		3.904.476	

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		30 de junho de 2019		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.059.061	1.059.061	25.191	25.192	SELIC	1.084.253	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	69.192	68.483	-	68.483	
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures	13.524	13.524	-	-	105,4% CDI	13.524	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro	7.124	7.124	2.626.053	2.626.475	SELIC	2.633.599	
Operações Compromissadas	391.965	391.965	21.528	21.528	-	413.493	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	369.839	375.365	-	375.365	
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	-	25.901	
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	-	2.506	
Debêntures	-	-	26.282	26.338	-	26.338	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	140.486	140.529	-	140.529	
Outros	182	182	94	94	-	276	
Fundos Imobiliários - Não Excluídos							
Fundos Imobiliários	8.213	8.213	-	-	-	8.213	
Títulos de Renda Variável							
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-	51.437	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável							
Ações de empresas nacionais	31.549	31.549	-	-	-	31.549	
Operações Compromissadas	420	420	-	-	-	420	
Outros	519	519	-	-	-	519	
Total	1.563.994	1.563.994	3.306.999	3.312.411		4.876.405	

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		31 de dezembro de 2018		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Públicos							
Títulos da Dívida Soberana	51.690	51.690	208.051	197.150	-	248.840	
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	-	-	-	-	
American Deposits Receipt	-	-	23.279	6.553	-	6.553	
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.151	29.875	2,6% a.a.	29.875	
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	640.404	640.404	-	-	2,1% a.a.	640.404	
Quotas de Fundos Não Excluídos							
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	76.878	76.878	-	-	-	76.878	
Total	768.972	768.972	262.481	233.578		1.002.550	
%	39,7%	39,7%	-	-		100,0%	
Circulante	2.332.966	2.332.966	-	-		2.551.911	
Não circulante	-	-	-	-		3.327.044	

(i) Depósitos a prazo fixo no exterior
Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Citibank cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos. Deste valor total de *time deposits*, 56,0% são mantidos em contrapartida a outros títulos emitidos pelas instituições financeiras em favor da Companhia.

6.1.1. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		30 de junho de 2019		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures	14.155	14.155	-	-	-	14.155	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.283.455	3.283.082	SELIC	3.284.049	
Operações Compromissadas	190.776	190.776	2.879	2.879	SELIC	193.655	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	70.224	72.234	7,20% a.a.	72.234	
Títulos Soberanos	-	-	431.013	433.859	4,88% a.a.	433.859	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	287.714	287.838	-	287.838	
Outros	255	255	(2.074)	(2.074)	-	(1.819)	
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável							
Fundo de ações de empresas nacionais	37.130	37.130	-	-	-	37.130	
Outros	(38)	(38)	-	-	-	(38)	
Quotas de Fundos Não Excluídos							
Fundos Imobiliários	19.170	19.170	-	-	-	19.170	
Aplicações no Exterior							
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	-	-	-	-	
Títulos da Dívida Soberana	-	-	119.511	115.301	4,88% a.a.	115.301	
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	-	-	-	-	
American Deposits Receipt	-	-	23.279	6.553	-	6.553	
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.151	29.875	2,5% a.a.	29.875	
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	640.404	640.404	-	-	2,14% a.a.	640.404	
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	6.736	6.819	-	6.819	
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	-	-	-	-	
Short-Term Investments	-	-	2.032	2.043	-	2.043	
Sec Issued by States & Terr.	-	-	871	871	-	871	
Corporate Securities	-	-	1.018	1.025	-	1.025	
Outros	-	-	4.693	4.721	-	4.721	
Quotas de Fundos Não Excluídos							
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	76.878	76.878	-	-	105,3%	76.878	
Total	2.371.374	2.371.374	3.614.024	3.590.488		5.961.862	
%	39,8%	39,8%	-	-		100,0%	
Circulante	2.371.374	2.371.374	-	-		2.595.474	
Não circulante	-	-	-	-		3.366.388	

Valor justo por meio do resultado	Controladora				
	Sem vencimento		31 de dezembro de 2018		Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.059.061	1.059.061
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	-	7.124
Operações Compromissadas	-	391.965	-	-	391.965
Outros	182	-	-	-	182
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	31.549	-	-	-	31.549
Operações Compromissadas	-	420	-	-	420
Outros	519	-	-	-	519
Fundos Imobiliários - Não Excluídos					
Fundos Imobiliários	8.213	-	-	-	8.213
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Pública	-	51.690	-	-	51.690
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	-	640.404	-	-	640.404
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Total	182.302	1.091.603	-	-	1.059.061

Valor justo por meio do resultado	Controladora				
	Sem vencimento		30 de junho de 2019		Total
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	25.192	-	25.192
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	68.483	68.483
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	13.273	2.613.202	2.626.475
Operações Compromissadas	-	-	-	26.338	26.338
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	375.365	375.365
Quotas de Fundos Excluídos	140.529	-	-	-	140.529
Letras Financeiras	-	-	-	25.901	25.901
Nota Comercial	-	-	-	2.506	2.506
Outros	94	-	-	-	94
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	197.150	197.150
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt	6.553	-	-	-	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	5.674	3.596	20.605	29.875
Total	147.176	29.708	42.061	3.327.044	3.545.989

Valor justo por meio do resultado	Controladora				
	Sem vencimento		30 de junho de 2019		Total



continuação

7. Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante				
Operações com seguradoras (7.2).....	3.628.008	3.327.272	3.628.008	3.327.272
Operações com resseguradoras (7.2).....	1.156.768	1.304.416	1.156.768	1.304.416
Outros créditos operacionais.....	51.870	56.569	51.870	56.668
Provisão de créditos com liquidação duvidosa.....	(37.857)	(36.274)	(37.857)	(36.274)
Total	4.798.789	4.651.983	4.798.789	4.652.082

7.2 Movimentação

A Companhia possui contratos de resseguros cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas (Prêmio Estimado e Prêmio RVNE), ou efetivas (Prêmios Efetivos). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas (Prêmios Estimados) e ajustados após recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o Prêmio Estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do Prêmio Efetivo. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (Prêmios Efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente. Já os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes (Prêmios Efetivos).

A liquidação dos contratos proporcionais e o consequente recebimento de prêmios ocorrem a partir das prestações de contas realizadas pelas cedentes junto a Companhia de acordo com o prazo acordado entre ambas.

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente (conciliação) estão registrados na rubrica "Depósito de Terceiros" conforme nota 8. Para os contratos proporcionais, os valores recebidos registrados nessa rubrica estão deduzidos de comissões e eventualmente, de sinistros.

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.282.152	1.234.726	352.740	366.343	6.739	3.242.700
Prêmios emitidos (a).....	4.700.364	(592.962)	11.448	-	-	4.118.850
Comissão emitida.....	(663.965)	(277.597)	15.739	-	-	(925.823)
Recebimentos de prêmio.....	(5.528.840)	-	-	-	-	(5.528.840)
Pagamentos de comissão.....	712.134	-	-	-	-	712.134
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros.....	-	-	-	90.562	-	90.562
Variação cambial.....	7.118	131.631	35.289	5.507	279	179.824
Outros créditos.....	(115.918)	-	-	-	13.181	(102.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.280.979	2.410.085	458.013	462.412	20.199	4.631.688

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.280.979	2.410.085	458.013	462.412	20.199	4.631.688
Prêmios emitidos (a).....	4.700.364	(592.962)	11.448	-	-	4.118.850
Comissão emitida.....	(663.965)	(277.597)	15.739	-	-	(925.823)
Recebimentos de prêmio.....	(5.528.840)	-	-	-	-	(5.528.840)
Pagamentos de comissão.....	712.134	-	-	-	-	712.134
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros.....	-	-	-	90.562	-	90.562
Variação cambial.....	7.118	131.631	35.289	5.507	279	179.824
Outros créditos.....	(115.918)	-	-	-	13.181	(102.737)
Saldos em 30 de junho de 2019	1.900.104	1.904.420	468.556	488.347	23.349	4.784.776

(a) Faz referência à nota 3.2 Demonstrações de resultados - Visão negócio, linha Prêmio Emitidos.

7.3. Aferição de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	Crédito das operações	Débito das operações	Crédito líquido das operações	PDD	Total	
A vencer	4.259.806	(1.523.086)	2.736.720	(28.360)	2.708.360	
Vencidos	576.840	(186.894)	389.946	(9.497)	380.449	
Vencidos até 30 dias.....	155.256	(62.124)	93.132	(1.703)	91.429	
Vencidos entre 31 e 90 dias.....	190.489	(14.620)	175.869	(2.520)	173.349	
Vencidos entre 91 e 180 dias.....	95.854	(34.351)	61.523	(848)	60.675	
Vencidos acima de 181 dias.....	135.241	(75.819)	59.422	(4.426)	54.996	
Total	4.836.646	(1.709.980)	3.126.666	(37.857)	3.088.809	

Para os saldos líquidos das contas a pagar e a receber, vencidos a e vencer, no valor de R\$ 3.126.666 na Controladora e no Consolidado, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 37.857, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8. Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Até 30 dias.....	108.228	220.202
Entre 31 e 60 dias.....	34.439	38.756
Entre 61 e 120 dias.....	12.646	121.778
Entre 121 e 180 dias.....	8.011	31.698
Entre 181 e 365 dias.....	20.273	14.991
Total	183.597	427.425

9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

9.1. Sinistros - retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
Aeronáuticos.....	224.541	7.398	63.905	295.844	
Automóvel.....	2.577	33	6.033	8.643	
Habitacional.....	65	-	9	74	
Marítimos.....	23.709	890	3.337	27.936	
Nucleares.....	33	-	-	33	
Patrimonial.....	832.299	69.062	160.353	1.061.714	
Pessoas.....	16.323	626	7.877	24.826	
Petróleo.....	181.686	309	8.847	190.842	
Responsabilidades.....	191.173	12.568	53.054	256.795	
Riscos financeiros.....	49.434	2.816	20.733	72.983	
Rural.....	66.024	1.961	6.139	74.124	
Transportes.....	197.714	400	16.666	214.780	
Acertações do exterior.....	138.802	-	50.589	189.391	
Sucursais no exterior.....	7.673	-	9.344	17.017	
Total	1.932.053	96.063	406.886	2.435.002	

	Controladora e Consolidado				
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
Aeronáuticos.....	250.544	10.835	81.577	342.956	
Automóvel.....	1.718	37	10.903	12.658	
Habitacional.....	139	-	7	146	
Marítimos.....	23.862	1.259	4.820	29.941	
Nucleares.....	33	-	-	33	
Patrimonial.....	707.140	75.614	143.454	926.208	
Pessoas.....	13.186	1.448	10.589	25.223	
Petróleo.....	62.216	301	7.974	70.491	
Responsabilidades.....	186.287	22.691	68.647	277.625	
Riscos financeiros.....	54.816	5.411	30.009	90.236	
Rural.....	21.832	4.066	4.428	30.326	
Transportes.....	188.918	381	26.099	215.398	
Acertações do exterior.....	65.933	-	15.226	81.159	
Sucursais no exterior.....	8.163	-	6.381	14.544	
Total	1.584.787	122.043	410.114	2.116.944	

	Controladora e Consolidado				
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
Aeronáuticos.....	250.544	10.835	81.577	342.956	
Automóvel.....	1.718	37	10.903	12.658	
Habitacional.....	139	-	7	146	
Marítimos.....	23.862	1.259	4.820	29.941	
Nucleares.....	33	-	-	33	
Patrimonial.....	707.140	75.614	143.454	926.208	
Pessoas.....	13.186	1.448	10.589	25.223	
Petróleo.....	62.216	301	7.974	70.491	
Responsabilidades.....	186.287	22.691	68.647	277.625	
Riscos financeiros.....	54.816	5.411	30.009	90.236	
Rural.....	21.832	4.066	4.428	30.326	
Transportes.....	188.918	381	26.099	215.398	
Acertações do exterior.....	66.350	-	14.826	81.176	
Sucursais no exterior.....	8.163	-	6.381	14.544	
Total	1.585.204	122.043	409.714	2.116.961	

9.1.1. Movimentação

	Controladora			Total
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	1.884.142	539.531	2.423.673	
Liquidação de sinistros.....	(1.109.325)	(212.238)	(1.321.563)	
Constituição de provisão de sinistros.....	932.013	82.821	1.014.834	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.706.830	410.114	2.116.944	
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	1.706.830	410.114	2.116.944	
Constituição de provisão de sinistros.....	1.241.045	103.476	1.344.521	
Reversão de provisão de sinistros.....	(353.560)	(103.149)	(456.709)	
Recuperação de sinistros.....	(573.451)	-	(573.451)	
Variação cambial.....	7.252	(3.555)	3.697	
Saldos em 30 de junho de 2019	2.028.116	406.886	2.435.002	

	Controladora			Total
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	1.913.400	539.156	2.452.556	
Liquidação de sinistros.....	(1.138.166)	(212.238)	(1.350.404)	
Constituição de provisão de sinistros.....	932.013	82.796	1.014.809	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.707.247	409.714	2.116.961	
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	1.707.247	409.714	2.116.961	
Constituição de provisão de sinistros.....	1.241.045	103.476	1.344.521	
Reversão de provisão de sinistros.....	(353.577)	(103.149)	(456.726)	
Recuperação de sinistros.....	(573.451)	-	(573.451)	
Variação cambial.....	7.252	(3.555)	3.697	
Saldos em 30 de junho de 2019	2.028.516	406.486	2.435.002	

9.2. Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado							
	30 de junho de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Provisão de prêmios não ganhos Efetivo	Estimado	RVNE	Comissão de resseguro diferida Efetivo	Estimado	RVNE	Total	
Aeronáuticos.....	16.237	1.630	1.225	(413)	(224)	(37)	18.418	
Automóvel.....	2.824	1.639	-	(37)	(21)	-	4.405	
Habitacional.....	38	37	-	(1)	(1)	-	73	
Marítimos.....	20.006	1.344	2.657	(745)	(48)	(165)	23.049	
Nucleares.....	5.444	-	1.272	(473)	-	(103)	6.140	
Patrimonial.....	350.337	51.232	40.246	(13.334)	(4.381)	(1.832)	422.268	
Pessoas.....	11.067	8.407	995	(380)	(269)	(75)	19.745	
Petróleo.....	275.369	2.200	20.275	(6.208)	(125)	(896)	290.615	
Responsabilidades.....	73.004	27.031	1.845	(3.823)	(5.159)	(107)	92.791	
Riscos financeiros.....	7.834	3.636	1.569	(159)	(695)	(91)	12.094	
Rural.....	7.093	5.348	297	(856)	(1.861)	(38)	9.983	
Transportes.....	27.939	24.049	10.281	(1.929)	(2.331)	(3.232)	55.687	
Acertações do exterior.....	98.077	1.646	1.392	(247)	(326)	(87)	100.455	
Sucursais no exterior.....	8.944	3.132	-	(316)	(88)	-	11.672	
Total	904.213	131.331	82.054	(28.921)	(15.529)	(5.753)	1.067.395	
Circulante							1.005.895	
Não circulante							61.500	

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2018				30 de			



continuação

	Controladora		Total
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	4.730	171.667
Adições.....	12.155	1.290	13.445
Saldos em 30 de junho de 2019.....	179.092	6.020	185.112
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.214)	-	(129.214)
Amortização.....	(14.442)	-	(14.442)
Saldos em 30 de junho de 2019.....	(143.656)	-	(143.656)
Saldo contábil, líquido.....	35.436	6.020	41.456

	Controladora		Total
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	139.588	6.401	145.989
Adições.....	21.655	4.350	26.005
Transferências.....	5.694	(5.694)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	5.057	171.994
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	(91.691)	-	(91.691)
Amortização.....	(37.524)	-	(37.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.215)	-	(129.215)
Saldo contábil, líquido.....	37.722	5.057	42.779

	Controladora		Total
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	5.057	171.994
Adições.....	12.281	1.164	13.445
Saldos em 30 de junho de 2019.....	179.218	6.221	185.439
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.215)	-	(129.215)
Amortização.....	(14.454)	-	(14.454)
Saldos em 30 de junho de 2019.....	(143.669)	-	(143.669)
Saldo contábil, líquido.....	35.549	6.221	41.770

16. Obrigações a pagar

	Controladora		Total
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	
Fornecedores.....	5.430	2.573	7.999
Passivo de arrendamento (*).....	13.090	-	13.090
Obrigações por compra de títulos e valores mobiliários.....	-	49.992	49.992
Dividendos.....	1.817	69.995	71.812
Juros sobre capital próprio.....	137.569	66.426	203.995
Participações nos lucros.....	-	23.137	23.137
Remuneração do pessoal-chave da administração.....	24.108	18.198	42.306
Outros.....	2.430	4.325	6.755
Total.....	184.444	234.646	419.090
Circulante.....	147.987	220.870	368.857
Não circulante.....	36.457	13.776	50.233

(*) Devido à adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu em seu balanço o valor residual total a pagar referente aos seus contratos de locação de veículos e do imóvel sede da filial de São Paulo, registrados em 30 de junho de 2019 pelo valor de R\$ 13.090 onde R\$ 72 referem-se aos juros a serem pagos e que foram reconhecidos como despesa financeira no período.

17. Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Total
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	
IRPJ a pagar.....	43.081	25.863	68.944
CSLL a pagar.....	18.448	31.316	49.764
PIS/COFINS a pagar.....	6.413	8.210	14.623
Total.....	67.942	65.389	133.331

18. Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

18.1. Composição

	Controladora		Total
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018	
Circulante			
Operações com seguradoras (18.2).....	1.895	251	2.146
Operações com resseguradoras (18.2).....	1.541.873	1.251.262	2.793.135
Corretores de resseguros, retrocessões e outros (18.2).....	126.467	105.788	232.255
Outros débitos operacionais (18.2).....	38.956	35.458	74.414
Total.....	1.709.191	1.392.759	3.101.950
Não circulante			
Outros débitos operacionais.....	789	789	1.578
Total.....	1.709.980	1.393.548	3.103.528

18.2. Movimentação

	Controladora				
	Prêmios	Sinistros	Comissões	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	1.066.658	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	2.024.219	-	-	-	2.024.219
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos (1.889.265).....	-	-	-	-	(1.889.265)
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(45.519)	-	-	(45.519)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	(115.690)	-	(115.690)
Outros a pagar.....	-	77.197	-	-	77.197
Outros pagos.....	-	(94.283)	-	8.354	(85.929)
Varição cambial.....	36.349	4.766	4.811	(3.983)	41.943
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	1.237.961	13.552	105.788	36.247	1.393.548
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	922.240	-	-	-	922.240
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos (851.869).....	-	-	-	-	(851.869)
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	299.596	-	-	299.596
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(5.987)	-	-	(5.987)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	93.113	-	93.113
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	(70.975)	-	(70.975)
Outros a pagar.....	-	27.172	-	-	27.172
Outros pagos.....	(54.233)	(13.552)	-	4.585	(63.200)
Varição cambial.....	(30.543)	(569)	(1.459)	(1.087)	(33.658)
Saldo em 30 de junho de 2019.....	1.223.556	320.212	126.467	39.745	1.709.980

	Controladora				
	Prêmios	Sinistros	Comissões	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	1.066.658	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	2.024.219	-	-	-	2.024.219
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos (1.889.265).....	-	-	-	-	(1.889.265)
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(45.519)	-	-	(45.519)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	(115.690)	-	(115.690)
Outros a pagar.....	-	77.197	-	-	77.197
Outros pagos.....	-	(94.283)	-	8.354	(85.929)
Varição cambial.....	36.349	4.766	4.811	(3.983)	41.943
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	1.237.961	13.552	106.099	36.247	1.393.859
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	922.240	-	-	-	922.240
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos (851.869).....	-	-	-	-	(851.869)
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	299.596	-	-	299.596
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(5.987)	-	-	(5.987)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	93.113	-	93.113
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	(71.286)	-	(71.286)
Outros a pagar.....	-	27.172	-	-	27.172
Outros pagos.....	(54.233)	(13.552)	-	4.585	(63.200)
Varição cambial.....	(30.543)	(569)	(1.459)	(1.087)	(33.658)
Saldo em 30 de junho de 2019.....	1.223.556	320.212	126.467	39.745	1.709.980

19. Provisões técnicas

19.1. Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	30 de junho de 2019				
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos.....	28.030	7.125	7.409	(1.322)	(1.494)	(50)	39.998
Automóvel.....	5.593	6.315	859	(622)	(1.133)	-	11.012
Habitacional.....	7.689	9.825	1.096	(180)	(1.236)	-	17.194
Marítimos.....	48.132	4.899	13.374	(672)	(892)	(101)	64.740
Nucleares.....	5.256	-	1.294	-	-	-	6.820
Patrimonial.....	526.758	128.309	76.112	(23.441)	(26.861)	(1.136)	679.741
Pessoas.....	17.153	17.951	7.487	(488)	(1.644)	-	40.459
Petróleo.....	338.100	2.202	29.799	(1.550)	(88)	(142)	368.321
Responsabilidades.....	90.822	30.714	3.942	(3.841)	(6.041)	(56)	115.540
Riscos financeiros.....	204.997	65.674	5.023	(82.042)	(26.439)	(481)	166.372
Rural.....	96.392	281.300	9.971	(23.309)	(72.713)	(46)	291.595
Transportes.....	65.122	41.827	37.925	(5.425)	(7.025)	(2.801)	129.623
Acceptações do exterior.....	363.318	498.201	61.269	(33.644)	(96.724)	(1.183)	791.237
Sucursais no exterior.....	24.192	23.506	-	(4.847)	(6.969)	-	35.882
Total.....	1.821.824	1.117.848	255.560	(181.383)	(249.259)	(5.996)	2.548.790
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	2.548.790
Não circulante.....	-	-	-	-	-	-	209.804

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	31 de dezembro de 2018				
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos.....	22.504	9.643	3.765	(1.176)	(1.681)	(26)	33.029
Automóvel.....	6.360	2.226	817	(750)	(257)	-	8.396
Habitacional.....	3.091	8.361	967	(250)	(1.114)	-	11.055
Marítimos.....	32.737	7.801	12.113	(414)	(792)	(148)	51.297
Nucleares.....	15.931	1.467	-	-	-	-	15.398
Patrimonial.....	479.170	160.405	74.817	(13.114)	(31.074)	(1.143)	669.061
Pessoas.....	23.717	9.605	11.533	(133)	(1.722)	-	43.000
Petróleo.....	174.240	7.611	31.094	(2.007)	(4)	(298)	210.336
Responsabilidades.....	60.000	33.518	3.616	(1.371)	(7.457)	(53)	88.253
Riscos financeiros.....	165.377	67.832	4.769	(64.669)	(28.964)	(411)	143.934
Rural.....	76.970	274.645	11.601	(16.988)	(69.066)	(512)	276.650
Transportes.....	52.219	36.568	40.471	(3.309)	(6.701)	(3.723)	115.525
Acceptações do exterior.....	203.633	417.995	68.192	(17.232)	(79.833)	(1.472)	591.283
Sucursais no exterior.....	38.753	20.833	-	(5.113)	(6.147)	-	48.326
Total.....	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)	2.305.843
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	2.147.178
Não circulante.....	-	-	-	-	-	-	158.665

19.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos	Comissão de resseguro diferida	30 de junho de 2019				
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	1.424.701	597.966	245.834	(160.952)	(123.062)	(17.580)	1.997.906
Constituição.....	396.124	615.219	25.820	(54.550)	(141.021)	-	945.632
Diferimento pelo risco.....	(572.193)	(205.944)	(28.588)	93.326	38.682	-	(774.813)
Varição cambial.....	104.070	49.802	22.156	(4.350)	(9.411)	-	141.010
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)	2.305.843
Provisão de prêmios não ganhos							
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)	2.305.843
Constituição (a).....	613.714	273.823	8.830	(70.353)	(73.625)	-	880.519
Diferimento pelo risco (a).....	(145.769)	(204.777)	(16.637)	15.990			



continuação

Já com relação à Execução Fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

Diante de todo o exposto, os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda nos dois processos acima mencionados.

22.3.2. Ações trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada dos referidos processos, constituiu provisão com relação aqueles classificados como de perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos em R\$ 60.996 e classificam as chances de perda como provável. As causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas possíveis totalizam R\$ 72.022.

Com relação a estes processos, destaca-se a ação civil pública, que tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ, proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros - SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários - FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas sucessivas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais.

Atualmente proferida sentença de primeiro grau em desfavor do IRB, contra a qual foi interposto embargo de declaração, que aguarda julgamento.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam um valor de R\$ 17.516 em risco e classificam sua probabilidade de perda como possível.

22.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 30 de junho de 2019, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 459.685 (Nota 22).

Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15% para 20%):

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15% para 20%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do referido Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulada, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008, cuja discussão está pendente de julgamento pelo STF (ADI nº 4101). Nesse contexto, foram interpostos embargos de declaração contra a aludida decisão, alegando omissão quanto aos argumentos aduzidos na petição inicial acerca da inequívoca diferença entre a capacidade econômica das instituições financeiras e das companhias seguradoras.

Todavia, os referidos embargos foram rejeitados. Paralelamente, em 15 de junho de 2016, foi publicada decisão julgando prejudicado o Agravo de Instrumento interposto pela Companhia, haja vista o advento da sentença. Em 1º de julho de 2016, a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 14 de fevereiro de 2017, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da Companhia, motivo pelo qual o IRB opôs novos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. Em outubro deste mesmo ano, também foram rejeitadas as alegações da Companhia em sede de embargos de declaração, motivo pelo qual foi interposto recurso extraordinário contra o acórdão supramencionado na sequência.

Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa a partir de setembro de 2015 da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

Em relação ao Mandado de Segurança nº 0134273-19.2015.4.02.5101, a 4ª Turma do TRF 2ª Região proferiu acórdãos negando provimento ao recurso de apelação interposto pelo IRB Brasil RE, bem como não acolhendo os embargos de declaração opostos pela Companhia, mantendo-se, assim, a sentença que denegou a segurança pleiteada nos autos. Atualmente, esperamos decisão acerca de recurso extraordinário interposto contra o acórdão supramencionado.

23. Provisões trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão para férias e 13º salário.....	12.325	8.981
Provisão para licença prêmio e previdência privada.....	-	3
	12.325	8.984
Consolidado		
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão para férias e 13º salário.....	12.605	9.089
Provisão para licença prêmio e previdência privada.....	-	3
	12.605	9.092

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE aprovou o dobroamento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 30 de junho de 2019, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
BB Seguros Participações S.A.....	47.520.213	15,3%
Bradesco Seguros S.A.....	47.520.213	15,3%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	36.458.237	11,7%
Itaú Seguros S.A.....	34.761.581	11,2%
FIP - Caixa Barcelona.....	9.360.000	3,0%
Outros.....	134.825.353	43,5%
	310.445.597	100,0%

24.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui 1.554.403 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 12.709.

24.3. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

24.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	30 de junho de 2019	30 de junho de 2018
Saldo no início do período.....	(113.381)	(76.161)	
Ganho (perda) originado do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no período.....	4.016	(59.248)	
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	6.400	(12.096)	
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	(20.304)	13.272	
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo.....	(1.606)	26.662	
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	9.911	(5.378)	
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (i).....	(28.328)	3.112	
Saldo no final do período.....	(143.292)	(109.837)	

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.5. Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do trimestre aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada das ações em circulação no trimestre. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Trimestre		Semestre	
	Controladora e Consolidado	1º de abril a 30 de junho de 2019	Controladora e Consolidado	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
Numerador				
Lucro líquido do período.....	388.424	287.330	738.851	541.338
Denominador (quantidade de ações em unidades).....	310.445.597	310.415.400	310.445.597	310.415.400
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação.....	-	-	-	-
Lucro por ação.....	1,25	0,93	2,38	1,74

A Resseguradora não emitiu instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao lucro por ação básico demonstrado acima.

25. Detalhamento das contas de resultado

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Trimestre					
	Controladora e Consolidado			Semestre		
	1º de abril a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos.....	25.093	(1.336)	(1.583)	(333)	(75)	21.766
Automóvel.....	10.295	(1.193)	(2.965)	203	(163)	6.177
Habitacional.....	25.681	(1.463)	(9)	191	(862)	23.538
Marítimos.....	33.710	(148)	(11.440)	325	(36)	22.411
Nucleares.....	(527)	-	4.389	-	60	3.922
Patrimonial.....	340.021	(34.129)	(1.325)	7.566	1.424	313.557
Pessoas.....	101.362	(7.799)	3.544	739	(1.720)	87.126
Petróleo.....	260.297	(26)	(147.698)	(381)	-	112.192
Responsabilidades.....	78.462	(5.555)	(35.053)	2.045	(48)	39.851
Riscos financeiros.....	83.912	(34.883)	(31.910)	14.671	2.987	34.777
Rural.....	352.199	(125.186)	(190.853)	50.298	54.501	140.959
Transportes.....	69.118	(9.306)	(14.882)	2.247	(444)	46.733
Acertações do exterior.....	932.567	(122.816)	(121.686)	22.396	(833)	709.628
Sucursais no exterior.....	42.409	(10.230)	3.550	361	-	36.909
Total.....	2.354.599	(354.070)	(547.921)	100.328	45.791	1.598.727

	Semestre					
	Controladora e Consolidado			Semestre		
	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos.....	52.128	(3.185)	(6.944)	10	(359)	41.670
Automóvel.....	16.827	(2.939)	(3.365)	749	(162)	11.110
Habitacional.....	49.942	(2.959)	(6.191)	52	(1.605)	39.239
Marítimos.....	59.963	(774)	(14.108)	324	(58)	45.347
Nucleares.....	(5)	-	8.414	-	188	8.597
Patrimonial.....	677.700	(51.125)	(16.129)	6.069	1.500	618.015
Pessoas.....	208.180	(13.704)	2.242	277	(8.418)	188.577
Petróleo.....	375.825	(160)	(159.856)	(501)	(91)	215.308
Responsabilidades.....	105.607	(6.687)	(28.735)	1.061	(91)	71.155
Riscos financeiros.....	160.796	(63.257)	(37.710)	14.906	(13.848)	60.887
Rural.....	496.965	(161.485)	(24.446)	9.501	37.390	357.925
Transportes.....	136.999	(17.156)	(15.865)	1.511	(490)	104.999
Acertações do exterior.....	1.702.421	(220.546)	(236.783)	34.151	(13.608)	1.265.635
Sucursais no exterior.....	74.352	(18.540)	10.293	942	-	67.047
Total.....	4.117.790	(562.517)	(529.183)	69.052	459	3.095.511

25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Trimestre					
	Controladora e Consolidado			Semestre		
	1º de abril a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos.....	18.362	(1.937)	5.355	91	(118)	21.753
Automóvel.....	5.507	(188)	(276)	(345)	47	4.745
Habitacional.....	7.240	(171)	179	20	(281)	6.987
Marítimos.....	41.343	40	(20.639)	(465)	(4)	20.275
Nucleares.....	(981)	20	4.214	-	(242)	3.011
Patrimonial.....	471.281	(10.093)	(174.701)	781	(1.000)	286.268
Pessoas.....	69.711	(6.753)	15.654	(5.327)	(1.283)	72.002
Petróleo.....	125.779	(768)	(3.907)	787	181	122.072
Responsabilidades.....	49.228	(2.228)	(17.101)	48	(34)	29.913
Riscos financeiros.....	79.886	(27.412)	(13.173)	2.762	(6.266)	35.797
Rural.....	279.105	(66.801)	(57.215)	12.372	(17.048)	150.413
Transportes.....	64.922	(6.820)	(21.462)	2.354	442	39.436
Acertações do exterior.....	693.098	(66.434)	(33.961)	1.796	(2.651)	591.848
Sucursais no exterior.....	28.354	(6.681)	2.500	1.207	-	25.380
Total.....	1.932.835	(196.226)	(314.533)	16.081	(28.257)	1.409.900

	Semestre					
	Controladora e Consolidado			Semestre		
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2019	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2018
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos.....	43.470	(3.692)	1.690	446	(320)	41.594
Automóvel.....	8.469	(674)	1.129	(565)	164	8.523
Habitacional.....	25.447	(828)	(2.643)	(149)	(5.028)	16.799
Marítimos.....	66.544	(2)	(22.062)	(789)	26	43.717
Nucleares.....	824	21	7.660	-	(238)	8.267
Patrimonial.....	729.567	(32.480)	(129.395)	5.043	(10.063)	562.672
Pessoas.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)	(6.794)	120.352
Petróleo.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319	226	251.849
Responsabilidades.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587	(98)	57.856
Riscos financeiros.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914	(27.049)	48.255
Rural.....	420.975	(111.482)	(11.612)	4.008	(25.654)	291.443
Transportes.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910	2.017	89.310
Acertações do exterior.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513	1.297	986.166
Sucursais no exterior.....	66.812	(14.490)	203	2.067	-	54.592
Total.....	3.330.049	(402.157)	(290.517)	15.534	(71.514)	2.581.939

25.2. Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

|--|



continuação

Plano de Saúde	Taxa real	3,0%	3,5%	4,5%	5,0%
Taxa nominal (*)		7,1%	7,7%	8,7%	9,2%
Obrigação de benefício definido		371.476	351.192	315.661	300.057
Impacto com o cenário principal		49.293	29.009	(6.521)	(22.126)
Auxílio Funeral	Taxa real	3,0%	3,5%	4,5%	5,0%
Taxa nominal (*)		7,1%	7,7%	8,7%	9,2%
Obrigação de benefício definido		2.248	2.090	1.822	1.707
Impacto com o cenário principal		156	(1)	(270)	(384)
Seguro de Vida	Taxa real	3,0%	3,5%	4,5%	5,0%
Taxa nominal (*)		7,1%	7,7%	8,7%	9,2%
Obrigação de benefício definido		3.496	3.362	3.120	3.009
Impacto com o cenário principal		343	209	(33)	(143)

(*) Considera inflação.

Seção F - Políticas contábeis

27. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos trimestres apresentados, salvo disposição em contrário.

27.1. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada trimestre, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do trimestre. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do trimestre. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do trimestre, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o trimestre; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

27.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

27.3. Ativos financeiros

27.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

27.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no trimestre em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

27.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.3.4. Impairment de ativos financeiros

(a) **Ativos mensurados ao custo amortizado**
A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros devido ao reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num trimestre subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um trimestre subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

27.4. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a Resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

27.5. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada trimestre e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

27.6. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a/a) - %	Ano
Edifícios.....	4,0	25
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.7. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 - Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os alugueis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

27.8. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do trimestre pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

27.9. Provisões

(a) Provisões técnicas

• A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no trimestre, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), emitida com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram concluídos, sendo apurada a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

• A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo. A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

• A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superavit* técnico na operacionalização de contratos.

• Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) **Teste de adequação de passivos - TAP (Liability adequacy test - LAT)**

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se a estrutura a termo de taxa de juros publicada pela SUSEP para a data base referente aos fatores de risco cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não foram utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa. A premissa de sinistralidade utilizada no TAP foi calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica no período de janeiro de 2015 a maio de 2019. A estimativa corrente dos fluxos de caixa dos contratos de retrocessão foi calculada com base nos fluxos de contratos de resseguro, considerando a proporção entre o ativo de retrocessão e a correspondente provisão técnica.

O teste realizado para a data base de 30 de junho de 2019 não apresentou insuficiências. O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza civil, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza civil operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências civis operacionais existentes nas datas de encerramento das informações trimestrais consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza civil estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas do trimestre em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

27.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do trimestre. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros trimestres, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas aliquotas vigentes no fim do trimestre.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias trimestralmente, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no trimestre no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada trimestre, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 15,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada trimestre, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

27.11. Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável. Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial relativo aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do trimestre.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável. O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

27.12. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou resmilitadas. Quando essas ações são subsequentemente resmilitadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

27.13. Dividendos

A prestação de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada com o passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício do direito de que se referem às informações trimestrais consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

27.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

• Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

• Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada periodicidade de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita



continuação

O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado ao risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente "à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Para contratos de seguro com características de participação direta, a abordagem da comissão variável se aplica. Essa abordagem é uma variação do modelo geral. Ao aplicar a abordagem da comissão variável, a participação da seguradora nas mudanças no valor justo dos itens subjacentes é incluída na margem contratual do serviço. Como consequência, as mudanças no valor justo não são reconhecidas no resultado no período em que ele ocorrer, mas ao longo da vida remanescente do contrato.

O IFRS 17 seria aplicável para trimestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 porém o IASB em novembro de 2018 votou a favor da prorrogação da data de implementação da referida norma para 1º de janeiro de 2022. O IFRS 17 pode ser aplicado retrospectivamente, de acordo com o IAS 8 de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mas ele também tem a previsão da "abordagem retrospectiva modificada" e da "abordagem de valor justo", dependendo da disponibilidade de informação. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais consolidadas da Companhia.

28. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização,

relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no trimestre em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos trimestres futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das informações trimestrais consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.4.3. No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das informações trimestrais consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.8, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada trimestre. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

José Carlos Cardoso
Presidente

Fernando Passos
Vice-Presidente Executivo, Financeiro e
de Relações com Investidores

Lúcia Maria da Silva Valle
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

Paulo Daniel Araújo da Rocha
Contador - CRC RJ - 095001/O-5

Rodrigo de Valnísio
Atuário - MIBA 1573

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da IRB-Brasil Resseguros S.A. (a "Resseguradora"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Resseguradora, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2019

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

Parecer do Conselho de Administração

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., apreciou as Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que foram objeto de Relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de Parecer favorável do Conselho Fiscal e de Parecer favorável do Comitê de Auditoria, concluindo pela exatidão de todos os documentos examinados, aprovando-os por unanimidade.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2019

José Levi Mello do Amaral Júnior

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Conselheiro

Werner Romera Süffert

Conselheiro

Pedro Duarte Guimarães

Conselheiro

Ivan Luiz Gontijo Junior

Conselheiro

Maria Elena Bidino

Conselheira

Roberto Dagnoni

Conselheiro

Marcos Bastos Rocha

Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019. Com base nesse exame e à luz do relatório de revisão sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 05 de agosto de 2019, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, conforme previsto no artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2019

Reginaldo José Camilo

Presidente

Gabriela Soares Pedercini

Conselheira

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Conselheiro

Pedro Bramont

Conselheiro

Parecer do Comitê de Auditoria

O COMITÊ DE AUDITORIA DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019. Com base nessa revisão e à luz do relatório de revisão sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 05 de agosto de 2019, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, conforme previsto no artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2019

Nelson Machado

Coordenador

Adriana Queiroz de Carvalho

Membro

Maria Elena Bidino

Membro

Roberto Westenberg

Membro